

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

1. Identificação do Procedimento	2
2. Objeto do Procedimento.....	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	2
5. Fundamentação da escolha do procedimento	2
6. Acesso às peças do procedimento	2
7. Dispensa do júri.....	2
8. Esclarecimentos e listas de erros e omissões	3
9. Inspeção aos locais	3
10. Preço	3
11. Preço anormalmente baixo de uma proposta	4
12. Contratos reservados	4
13. Documentos que constituem a proposta.....	4
14. Idioma dos documentos que constituem a proposta.....	5
15. Propostas variantes	5
16. Prazo de apresentação das propostas.....	5
17. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem	6
18. Prazo de manutenção das propostas.....	6
19. Critério de adjudicação.....	6
20. Adjudicação de propostas por lotes	9
21. Consultores e estudos de apoio à decisão	10
22. Modalidade jurídica de associação de empresas	10
23. Negociações	10
24. Leilão eletrónico	10
25. Caução	10
26. Documentos de habilitação	11
27. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto	12
28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	13
29. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras	13
30. Despesas e encargos para celebração do contrato.....	13
31. Possibilidade de adoção de ajuste direto ou da consulta prévia	13
32. Legislação aplicável	13
ANEXO I – PREÇOS UNITÁRIOS	14
ANEXO II – (MODELO DE) DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	15
ANEXO III - (MODELO DE) GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO	16
ANEXO IV – (MODELO DE) DECLARAÇÃO	17

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público Internacional n.º **CPI/2/2020/DMC**.

2. Objeto do Procedimento

1. Aquisição de **serviços de limpeza** de todos os espaços municipais.
2. O objeto contratual definido no número anterior é dividido nos seguintes lotes, melhor identificados no Anexo II - Caracterização dos espaços objeto de limpeza - parte integrante do Caderno de Encargos:

Lote 1 – Serviços de limpeza: atividade protocolar;

Lote 2 - Serviços de limpeza: atividade cultural;

Lote 3 - Serviços de limpeza: restantes atividades.

3. Entidade Adjudicante

Município do Porto.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Câmara Municipal, nos termos da competência estabelecida no artigo 33.º, n.º 1, alínea f) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09, em conjugação com o disposto no artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 08.06, mantido em vigor pelo artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do DL n.º 18/2008, de 29.01.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

Critério do valor nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt.
2. Para efeitos de apoio na utilização da mesma plataforma todos os interessados podem recorrer aos meios divulgados no mesmo endereço eletrónico nas condições aí previstas

7. Dispensa do júri

No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta por lote, o júri é dispensado para esse lote nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão Municipal de Compras.

8. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. É ao júri que compete prestar esclarecimentos.
3. Compete ao júri, nos termos conjugados do disposto nos artigos 69.º e 71.º n.º 3 do CCP, solicitar esclarecimentos, por escrito, aos concorrentes que apresentem uma proposta que se verifique possuir um preço anormalmente baixo, e fixar um prazo, para esse efeito, que não pode ultrapassar os 5 dias.

9. Inspeção aos locais

1. Até à data limite para a apresentação das propostas, os interessados poderão visitar as instalações elencadas no Anexo II do Caderno de Encargos, onde decorrerão as prestações de serviços objeto do procedimento de concurso previstas, podendo nestes realizar, e sempre às suas expensas, os reconhecimentos e exames que entenderem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas, sem que de tal possa decorrer qualquer distúrbio ao normal funcionamento dos serviços aí existentes e em atividade.
2. O adjudicatário não poderá invocar qualquer desconhecimento das condições dos espaços identificados no Caderno de Encargos, para se exonerar das suas responsabilidades.
3. Para o cumprimento do previsto no número 1, os interessados deverão informar à entidade adjudicante da sua intenção de visita às instalações, fazendo indicação dos locais que pretendem visitar e as pessoas que irão realizar a respetiva visita, com uma antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis** face à data pretendida, através dos canais de comunicação disponíveis na plataforma eletrónica de contratação em uso nesta entidade – “*Outras Comunicações*”.

10. Preço

1. Os preços unitários, sem IVA, para cada um dos lotes, **não podem**, em caso algum, ser superiores a:

Preço de metro quadrado (m²):	0,06 € (seis centimos de euro)	
Horário	TDU - Todos os dias úteis	Fins-de-semana e Feriados
Diurno (07h00 às 20h00)	7,00 € / hora (sete euros)	9,00 € / hora (nove euros)
Noturno (20h01 às 06h59)	8,00 € / hora (oito euros)	9,50 € / hora (nove euros e cinquenta centimos)

2. O preço contratual de cada um dos lotes, determinado nos termos da cláusula 4.ª do caderno de encargos, **não pode, em qualquer caso, ser superior aos seguintes valores**, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem IVA):
 - a. **Lote 1 – 480 000,00 €;**
 - b. **Lote 2 – 640 000,00 €;**
 - c. **Lote 3 – 480 000,00 €.**

11. Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Para cada lote, será considerado que o preço de uma proposta apresentado é anormalmente baixo se o somatório dos preços unitários propostos for igual ou inferior a 10% em relação à média do somatório dos preços unitários das propostas apresentadas pelos concorrentes que constem da lista das propostas a admitir constante do relatório preliminar.
2. A eventual alteração da lista das propostas a admitir indicada no relatório preliminar, na sequência de pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia, não determina a alteração da média do somatório dos preços unitários das propostas obtida para efeitos de definição do preço anormalmente baixo
3. Sempre que sejam apresentadas cinco ou mais propostas, serão desconsideradas, para efeitos de obtenção da média a que se refere o n.º 1, as propostas com o somatório dos preços unitários mais elevado e o mais reduzido.
4. Caso seja apenas apresentada ou admitida uma única proposta, a mesma será considerada como de preço anormalmente baixo se o somatório dos preços unitários for igual ou inferior a 10% em relação ao somatório dos preços unitários máximos.
5. As entidades que apresentem propostas que se revelem com preços anormalmente baixos serão notificadas para apresentarem esclarecimentos que justifiquem esse preço.

12. Contratos reservados

Não aplicável.

13. Documentos que constituem a proposta

1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP).
 - b. Tabela constante do **ANEXO I** do presente programa de procedimento devidamente preenchida para cada um dos lotes a que concorre.
 - c. Experiência profissional, em anos completos, do supervisor de equipa ou equipa de supervisão, tendo em consideração o mínimo exigido no n.º 3 da cláusula 29.ª do Caderno de Encargos.

- d. Curriculum vitae do supervisor de equipa ou, no caso da equipa de supervisão, curriculum vitae de cada um dos seus elementos.
 - e. No caso de agrupamentos, instrumentos de mandatos a favor do representante do agrupamento emitidos por cada um dos seus membros, nos termos previstos no n.º 5, do artigo 57.º do CCP.
2. Cada concorrente **deve** indicar claramente a que lote(s) concorre **podendo** apresentar proposta para um, para vários ou para todos os lotes individuais.
 3. Em caso de divergência, o documento carregado com a proposta onde conste os preços unitários, prevalece sobre o formulário da proposta submetido diretamente na plataforma eletrónica em uso nesta entidade.
 4. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.
 5. O DEUCP encontra-se disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, devendo ser selecionadas as seguintes opções de preenchimento:
 - a. “Sou um operador económico”;
 - b. “Importar um DEUCP”;
 - c. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro “*espd-request.xml*”, disponibilizado pela entidade adjudicante junto das peças procedimentais.
 - d. Selecionar o país do concorrente;
 - e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - f. Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo candidato ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta.
 6. Os concorrentes ficarão dispensados da apresentação dos instrumentos de mandato indicados na da alínea e), do n.º 1 da presente cláusula, caso o documento exigido nos termos da alínea a) do mesmo normativo seja assinada por todos os membros do agrupamento concorrente ou seus representantes.

14. Idioma dos documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em Português.

15. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

16. Prazo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as instruem serão entregues **até às 17:00 horas do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.

2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.¹

17. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

18. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até **90** dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

19. Critério de adjudicação

1. A adjudicação, para cada um dos lotes, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela **modalidade de melhor relação qualidade-preço**, conforme previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 74.º, do CCP, por ponderação dos seguintes fatores e subfactores:

Fatores	Ponderação	
<i>P</i> - Preço	85%	100%
<i>E</i> - Experiência profissional do supervisor de equipa ou equipa de supervisão	15%	

2. A pontuação final, de cada um dos lotes, do critério de adjudicação decorrente da aplicação da seguinte fórmula, cujo resultado será apurado até à segunda casa decimal, sem arredondamentos:

$$PF_i = 0,85 \times PP_i + 0,15 \times PE_i$$

Sendo que:

PF_i Pontuação final do lote *i*, da proposta em análise.

PP_i Pontuação do fator Preço (P) do lote *i*, da proposta em análise.

PE_i Pontuação do fator Experiência (E) do lote *i*, da proposta em análise.

¹ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 50º do CCP).

3. FATOR PREÇO (P)

Para cada um dos lotes, a análise das propostas em face do fator *Preço (P)* será operacionalizada através da aplicação da fórmula seguidamente indicada:

$$PP_i = 86 \times \left[\frac{P1_{máx} - P1_p}{P1_{máx} - P1_{mín}} \right] + 6 \times \left[\frac{P2_{máx} - P2_p}{P2_{máx} - P2_{mín}} \right] + 3 \times \left[\frac{P3_{máx} - P3_p}{P3_{máx} - P3_{mín}} \right] + 3 \times \left[\frac{P4_{máx} - P4_p}{P4_{máx} - P4_{mín}} \right] + 2 \times \left[\frac{P5_{máx} - P5_p}{P5_{máx} - P5_{mín}} \right]$$

Em que:

$P1_{máx}$	Preço máximo do metro quadrado (m ²) do lote <i>i</i> , ou seja, 0,06€ .
$P1_p$	Preço do metro quadrado (m ²) do lote <i>i</i> , da proposta em análise.
$P1_{mín}$	Preço mínimo do metro quadrado (m ²) do lote <i>i</i> , ou seja, 0,054€ .
$P2_{máx}$	Preço máximo hora em horário diurno TDU do lote <i>i</i> , ou seja, €7,00 .
$P2_p$	Preço hora em horário diurno TDU do lote <i>i</i> , da proposta em análise.
$P2_{mín}$	Preço mínimo hora em horário diurno TDU, ou seja, €6,30 .
$P3_{máx}$	Preço máximo hora em horário noturno TDU do lote <i>i</i> , ou seja, €8,00 .
$P3_p$	Preço hora em horário noturno TDU do lote <i>i</i> , da proposta em análise.
$P3_{mín}$	Preço mínimo hora em horário noturno TDU do lote <i>i</i> , ou seja, €7,20 .
$P4_{máx}$	Preço máximo hora em horário diurno Fins-de-semana e Feriados do lote <i>i</i> , ou seja, €9,00 .
$P4_p$	Preço hora em horário diurno Fins-de-semana e Feriados do lote <i>i</i> , da proposta em análise.
$P4_{mín}$	Preço limiar mínimo da hora em horário diurno Fins-de-semana e Feriados do lote <i>i</i> , ou seja, €8,10 .
$P5_{máx}$	Preço limiar máximo da hora em horário noturno Fins-de-semana e Feriados do lote <i>i</i> , ou seja, €9,50 .
$P5_p$	Preço hora em horário noturno Fins-de-semana e Feriados do lote <i>i</i> , da proposta em análise.
$P5_{mín}$	Preço limiar mínimo da hora em horário noturno Fins-de-semana e Feriados do lote <i>i</i> , ou seja, €8,55 .

4. FATOR EXPERIÊNCIA (E):

Para cada um dos lotes, a análise das propostas em face do fator *Experiência profissional do supervisor de equipa ou equipa de supervisão (E)* será operacionalizada através da aplicação da fórmula seguidamente indicada:

$$PE_i = 100 \times \left[1 - \left[\frac{25 - E_p}{20} \right] \right]$$

Em que:

E_p Experiência profissional, em anos completos, do supervisor de equipa a afetar à prestação de serviços, da proposta em análise.

No caso da proposta em análise apresentar uma equipa de supervisão, será considerada, para efeitos de avaliação deste fator, a média aritmética simples dos anos completos de experiência individuais.

5. Regras de arredondamento:

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

6. Critérios de desempate por lote

A. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:

- a. Aumento subsequente das casas decimais da pontuação final.
- b. Maior pontuação obtida no fator preço (P).
- c. Proposta que tiver sido apresentada por empresa que, nos termos do art.º 2.º do Anexo da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, seja tipificada como Micro, Pequena e Média Empresa (PME)² pela seguinte ordem de classificação:
 - i. 1.º – Microempresa – Menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros;
 - ii. 2.º – Pequena empresa – Menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros;
 - iii. 3.º – Média empresa – Menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros;
- d. Em caso de manutenção de empate na categoria de micro, pequena e média empresa, ou o referido critério não seja aplicável, o desempate será efetuado em função das seguintes regras, aplicadas de forma sucessiva:
 - i. Empresa que apresentar o menor número de trabalhadores;
 - ii. Empresa que possua o menor volume anual de negócios, reportado ao último ano económico encerrado.

² As regras para obtenção dos dados a considerar para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros e período de referência deverão ser em conformidade com o disposto do artigo 4.º do Anexo da Recomendação n.º 2003/361/CE.

- e. Por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público.
 - i. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.
 - ii. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
 - iii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
 - iv. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
 - v. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
 - vi. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

B. Caso se verifique necessário aplicar os critérios de desempate mencionados nas alíneas c) e d) da alínea A), os concorrentes serão notificados para, no prazo máximo de 5 dias, indicarem o número de trabalhadores e volume de negócios, acompanhados de Documento de Certificação de PME (emitido pelo IAPMEI) e Declaração IES/DA (Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal) mais recente.

20. Adjudicação de propostas por lotes

1. A adjudicação das propostas será efetuada de acordo com a modalidade de adjudicação por lotes individualmente considerados.
2. A cada concorrente só poderá ser adjudicado 1 (um) lote, sem prejuízo do disposto nos números 3 e 5 do presente artigo.
3. Se da aplicação do critério de adjudicação resultar que um concorrente se classifique em 1.º lugar em mais do que um lote com propostas admitidas, ser-lhe-á adjudicado o lote onde se verifique a maior diferença da Pontuação Final (PF) apresentada entre o 1.º e o 2.º classificado.
4. Caso se verifique empate no diferencial apurado no número anterior, o desempate será efetuado em função do lote em causa, isto é, será dada preferência ao lote 2, seguidamente ao lote 3 e por fim ao lote 1.
5. O previsto no número 3 aplicar-se-á sempre que se verificar que um concorrente venha a posicionar-se em 1.º lugar em mais do que um lote e, até que seja possível adjudicar um lote por concorrente.

6. As regras indicadas nos números 2 e 5 do presente artigo não serão observadas e será adjudicado mais do que um lote a um mesmo concorrente quando a proposta desse concorrente tenha sido a única admitida em outro(s) lote(s).

21. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

22. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: Consórcio Externo, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Sociedade Anónima.

23. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

24. Leilão eletrónico

Não aplicável.

25. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto na alínea b), n.º 2, do artigo 77.º e no artigo 91.º, ambos do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a **4%** do preço total do contrato, deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pela entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante.

3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar *[ou declaração de assunção de responsabilidade solidária]* emitido nos termos previstos no n.º 4, do artigo 88.º do CCP.

26. Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **ANEXO IV** ao presente programa de procedimento.
2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada **relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
4. **Certificado de registo criminal**, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, no caso de entidades coletivas, como previsto nas alíneas b) e h) do artigo 55.º e do artigo 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”.
5. **Cópia da certidão do registo comercial**, ou o código de acesso à certidão permanente, ou cópia da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.
6. No caso de se tratar de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar, ainda, o respetivo **comprovativo de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços** de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12.
7. **No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por agrupamento:**
 - a. Todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12;
 - b. No caso de agrupamento complementar de empresas (ACE):
 - i. Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas, do qual deve constar, nomeadamente indicação dos administradores e respetivos poderes de representação, e demais elementos previstos na Lei n.º 4/73, de 4 de junho e no Decreto-Lei

- n.º 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março;
- ii. Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.
- c. No caso de consórcios externos:
- i. Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, nomeadamente, a indicação dos membros do consórcio, o chefe de consórcio, das obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;
 - ii. Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, nos termos do n.º 1, do artigo 14.º do referido Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.
- d. No caso de Sociedade Anónima:
- i. Cópia certificada do contrato de constituição da Sociedade Anónima, do qual constem os elementos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
 - ii. Cópia da inscrição da Sociedade Anónima no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.

27. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto³⁴

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE⁵, ou o respetivo código de acesso.
2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

³ Não aplicável a entidades em nome individual.

⁴ "Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto."

⁵ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>.

28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **até às 17h00 do 10.º dia** após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de **5 dias**.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2, do artigo 86.º do CCP.

29. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

30. Despesas e encargos para celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

31. Possibilidade de adoção de ajuste direto ou da consulta prévia

Não existe a possibilidade de adoção do ajuste direto nos termos do disposto na alínea a), do n.º1 do artigo 27.º do CCP ou da consulta prévia, nos termos do art.º 27.º-A do CCP, para a repetição de serviços similares aos do objeto do presente contrato.

32. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29.01, na redação atual), e restante legislação aplicável.

ANEXO I – PREÇOS UNITÁRIOS

Lote a que concorre ^(a): _____

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽⁶⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁷⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com as especificações técnicas exigidas pelo caderno de encargos e respetivos anexos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, de acordo com os seguintes preços:

Descrição	Preço unitário (s/IVA) (b)
Preço do metro quadrado (m ²)	
Preço hora em horário TDU ⁽⁸⁾ , diurno	
Preço hora em horário TDU, noturno	
Preço hora em horário Fins-de-semana e Feriados, diurno	
Preço hora em horário Fins-de-semana e Feriados, noturno	

Notas:

- Indicar o lote a que concorre, sendo que caso concorra a mais do que um lote deverá preencher a tabela para cada um dos lotes.
- Os preços não devem exceder o valor máximo previsto no caderno de encargos, sob pena de exclusão da proposta.

..... (local), ... (data), ... [assinatura]⁹

⁽⁶⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁷⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁸⁾ TDU - Todos os dias úteis.

⁽⁹⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – (MODELO DE) DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), responsabilizando-se o _____ (*identificação do banco*) por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelada por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO III - (MODELO DE) GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a ____% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁰⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹¹⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽¹²⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹³⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽¹⁴⁾].

⁽¹⁰⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽¹¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹²⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽¹³⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º